



403 Sul, Al. 11, Lote 16
CEP 77.015-573
Palmas - TO
Fone/Fax 63 3216 3484
e-mail: apa-to@uol.com.br

Rua João Heitor da Costa, 116
CEP 77.176-020
Augustinópolis - TO
Fone/Fax: 63 34561407
e-mail: apatobico@uol.com.br

O Território da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso



APA-TO

Apresentação

O Estado do Tocantins possui 27 Comunidades Quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, 14 identificadas sem certificação, diversas que estão se autoidentificando e um grande número de comunidades que ainda desconhecem seus direitos.

A Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso já teve seu território decretado e aguarda a retirada dos grileiros para poder reocupar seu território.

Todavia a construção do desenvolvimento de um território na lógica da sustentabilidade, da agroecologia e da garantia dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHESCAS, é um trabalho que requer muito esforço e dedicação. E só pode ser alcançado mediante um processo de planejamento participativo que consiga envolver todas as pessoas da comunidade.

Esta cartilha tem o objetivo de contribuir com esse processo de elaboração de um Plano de Gestão do Território Quilombola Kalunga do Mimoso, para isso sistematizou um conjunto de informações que acreditamos que serão úteis para esse trabalho.

Desejamos a todas as pessoas da comunidade um bom trabalho.

Uma publicação da Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins APA-TO

Ficha técnica

Redação: Paulo Rogério Gonçalves

Edição: Raphael Alves Vieira da Silva

**Todas as fotos são do arquivo
fotográfico da APA-TO**

Reprodução permitida

Novembro de 2012

Financiamento:



Praia do Flamengo 154
8º Andar
CEP 22210-030
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

www.fordfoundation.org
T (+55) 21-3235-2100
F (+55) 21-3235-2104/8

1. Uma breve história do território

As informações deste item foram obtidas no livro: O BARULHO DA TERRA: nem Kalunga nem Camponeses, de Rosy de Oliveira

O Grande Território Kalunga é formado por diversas comunidades negras rurais, que vivem nos Vãos das Serras do Mendes, Morro Branco, Ursa, Bom Jardim, Areia, São Pedro, Bom Despacho, Moleque, Boa Vista, Contenda, Manquine e Mangabeira, partes da Serra Geral de Goiás. Este grande território está nos municípios de Monte Alegre (GO), Cavalcante (GO), Terezinha de Goiás (GO), Arraias (TO) e Paranã (TO).



As informações históricas demonstram que Africanos escravizados denominados Angola, Congo, Benguela, Cassange, Mina, Yoruba e Haussa fogem das minerações da atual região norte de Goiás e sudeste do Tocantins, no século XVIII e criam um grande Território Quilombo de Fuga entre as cidades de Cavalcante, Monte Alegre, Arraias, Natividade e Paranã. O território ocupado pelos Kalungas era habitado anteriormente por indígenas das etnias Akroá, Chikriabá, Ava-Canoeiro, Xavante, Javaé e Xerente.

Existem registros históricos de 1723 que relatam a fuga de Africanos escravizados das Minas de Goiás, e documentos sobre uma Bandeira organizada em 1760 com o objetivo de destruir quilombos localizados as margens do rio Paranã. Mesmo com a repressão novos núcleos quilombolas surgem às margens do rio Paranã, o rio era utilizado como uma rota de fuga pelos quilombolas.

No ano de 1982 inicia-se na comunidade Quilombola Kalunga o desenvolvimento do projeto intitulado Kalunga: Povo da Terra, coordenado por Mari de Nasaré Baiocchi, antropóloga, professora e pesquisadora da Universidade Católica de Goiás. Em 1991 o Estado de Goiás através da Lei Estadual n 11.409/1991 dispõe que a área ocupada pelas famílias do grupo Kalunga seja reconhecida como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural de Goiás. Inicia-se assim a regularização do Território Kalunga de Goiás. Em 23 de novembro de 2009 o INCRA decreta a criação do Território Kalunga de Goiás com 261.999 ha.

A parte do Território Kalunga que está no Estado do Tocantins ficou fora deste primeiro processo de identificação e regularização territorial. Em 2001 a professora e pesquisadora da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Rosy de Oliveira, inicia o trabalho de identificação e regularização do Território Kalunga do Tocantins, autodenominados como Kalunga do Mimoso. Em 12 de setembro de 2005 a Fundação Cultural Palmares certifica a comunidade Kalunga do Mimoso como comunidade quilombola e no dia 16 de dezembro de 2010 o Governo Federal decreta a criação do Território do Kalunga do Mimoso com 57.465 ha.



Todo esse processo de identificação e regularização territorial vem se dando dentro de uma conflituosa relação com os grileiros que invadiram o território quilombola. O senhor Epifânio dos Santos conta que: "A cada ano que passa esses fazendeiros daqui vão se apossando de um trecho novo, pedaços e tiras de terra, retirando tudo quanto é picada e arvores que há muitos e muitos anos, mesmo antes de eu nascer, já servia para marcar os limites da terra de tudo quanto é Kalungueiro aqui dentro da nossa região. É só procurar. Qualquer Kalunga sabe falar dos limites certos daqui da região. Agora com esse monte de fazenda, vinte e tantos parece (vinte e quatro) proprietários, donos dessas fazendas estão acabando com a terra e com os limites da nossa comunidade. Não é não, compadre Sabino?"

2. A situação geral do Território Quilombola do Kalunga do Mimoso

A situação apresentada abaixo é parte integrante do Relatório de visita à comunidade pelo Núcleo de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, entre 31 de maio e 1 de junho de 2012

2.1 Estradas

Não obstante todas as necessidades passadas pela comunidade, a péssima condição das estradas que dão acesso ao local, foi apontada como problema principal pela maioria dos entrevistados e visivelmente constatado pela equipe da Defensoria Pública;

2.2 Falta Energia Elétrica

Há informações de que a Comunidade foi contemplada por um projeto relativo a energias limpas, da Secretaria Estadual de Agricultura, e ainda pelo projeto de eletrificação rural do Governo Federal "Luz para Todos", porém até o momento nenhum dos dois foi executado;

2.3 Saneamento Básico

As casas do local não possuem banheiros, motivo pelo qual, os habitantes fazem as necessidades no mato, geralmente próximo aos rios e córregos de onde retiram a água para beber, que provavelmente é imprópria para o consumo; Há informações de que existe um projeto da FUNASA para abastecimento de água potável, mas que até então não foi iniciado;

2.4 Irregularidade Fundiária

Impede/limita a produção agropecuária, pois existem fazendeiros sem origem quilombola que vendem as terras, deixando as pessoas da Comunidade sem espaço para o cultivo;

2.5 Ambiental

Rios e córregos secos, em razão de assoreamento, em maior parte das vezes, causado por construções irregulares de pontes;

2.6 Apoio Técnico Agrícola

Falta apoio técnico da Secretaria de Agricultura para auxiliar o plantio, com redes de irrigação, tratores, técnicos agrícolas, entre outros; A comunidade tem interesse em uma máquina para limpar o arroz produzido, e em abrir uma cooperativa para produção de farinha de mandioca;

2.7 Falta de Medicamentos e Atendimentos Médicos e Odontológicos - PSF

Não existe posto de saúde na comunidade, que há 5 (cinco) anos não recebe nenhum tipo atendimento médico ou odontológico; As pessoas não usam óculos, apesar de observado que muitas delas possuem deficiência visual e até cegueira; Existe doença corriqueira que gera fraqueza, anemia e dores musculares e nos ossos, possivelmente causada pela ingestão de água contaminada; Necessidade Urgente de implementação de um PSF na região, são mais de 600 pessoas;

2.8 Escolas

Só existem 3 (três) escolas de ensino fundamental até o 5º ano na região e mais uma em construção em um local escolhido pela Prefeitura de Arraias conhecido como "zona das matas", onde não tem água, escolha esta **que não observou a autonomia da vontade da população nativa e que usará a escola**, que prefere a região conhecida como "Aparecida", por possuir água; Faltam escolas que lecionem a partir do 5º ano, pois, muitos pais não se sentem a vontade em mandar os filhos para estudar nas cidades, uma vez que são acostumados na convivência familiar rural com os seus, assim

como foram criados naquele local por seus antepassados; A estrutura das escolas é precária. Nas instalações da Escola Municipal Fazenda Mimoso, apresentam-se rachaduras nas paredes de adobe, ausência de forro no teto e banheiros sem vasos sanitários (apenas buraco no chão); Já a Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição possui estrutura de palha, somente 1 (um) professor, 1 (um) merendeira e 14 (quatorze) alunos;

2.9 Falta Transporte Escolar

Algumas crianças andam até 12 km a pé para chegar à escola;

2.10 Transporte Público

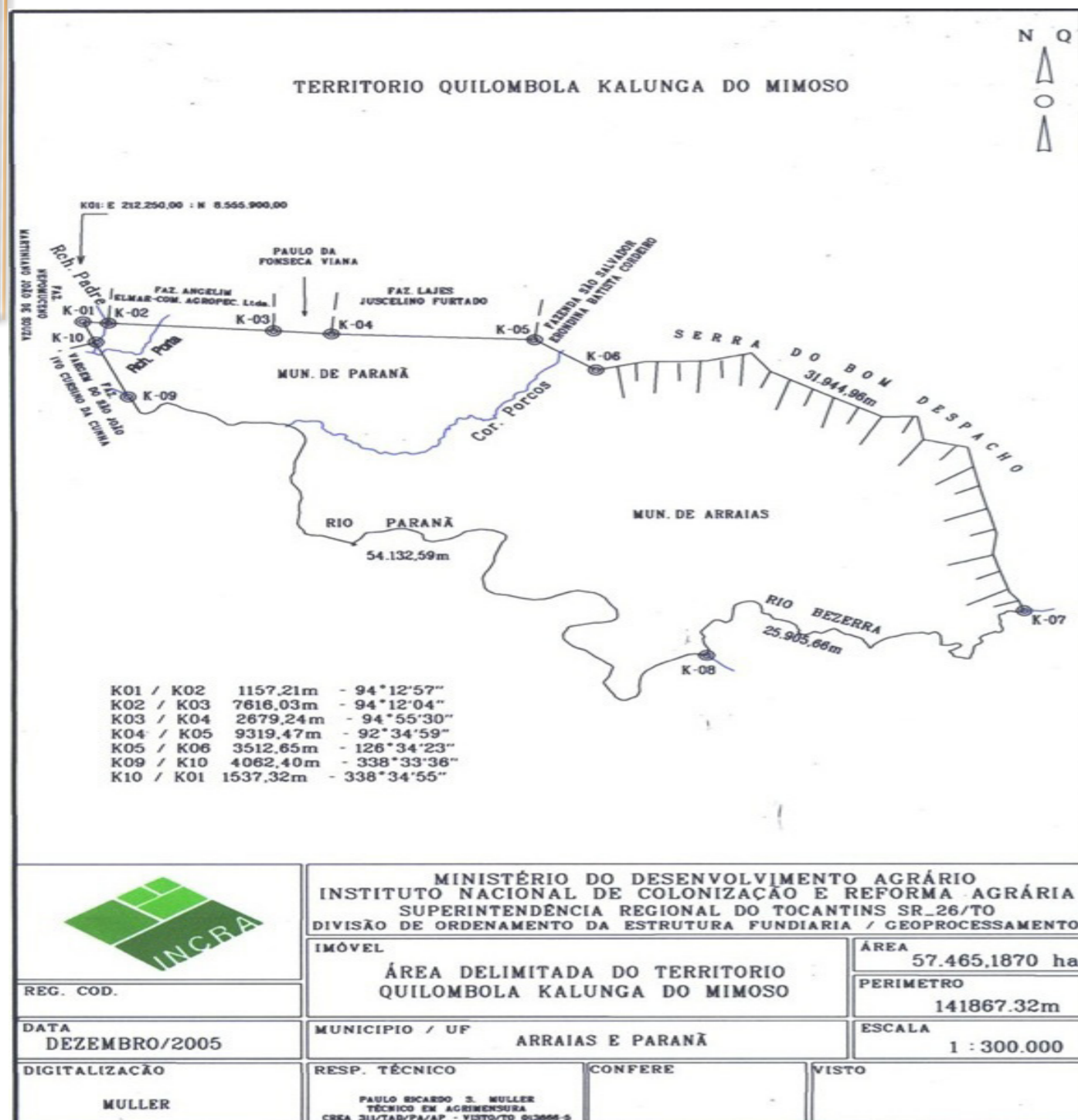
O único transporte disponível para o Município de Arraias é um ônibus particular, sendo cobrado o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ida e volta, mais taxa de bagagem, pelo que requerem seja instalado um transporte público mais barato;

2.11 Balsa no Rio Paranã

Já oficiaram o Governo do Estado para instalação de balsa no Rio Paranã, que aproximaria duas comunidades com que possuem as mesmas raízes, o Kalunga do Mimoso (Tocantins) e o Kalunga do Vão do Moleque (Goiás);

O Território da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso

O Território identificado e decretado do Kalunga do Mimoso possui 57.465 ha. Os limites do território são a Serra do Bom Despacho, o rio Bezerra, o rio Paranã, e as fazendas Vargem do São João, Nepomuceno, Angelim, lajes e São Salvador, conforme o mapa abaixo.



Todo o território está no Bioma Cerrado. **O Cerrado é a segunda maior formação vegetal brasileira, superado apenas pela Floresta Amazônica. São 2 milhões de km² espalhados por 10 Estados, ou 23,1% do território brasileiro.**

O Cerrado é muito heterogêneo, possui diversas fitofisionomias/formações: cerradão, cerrado típico, campo cerrado, cerrado rupestre, campo limpo, campo sujo, mata seca, mata ciliar, mata de galeria. Existe aproximadamente 10 mil espécies de plantas (muitas usadas na produção de cortiça, fibras, óleos, artesanato, além do uso medicinal e alimentício); 759 espécies de aves; 180 espécies de répteis e 195 de mamíferos.

Do total dos 57.465 ha apenas 4.051 ha estão na posse dos Kalungas do Mimoso, o restante da área está invadida por grileiros. O território está iniciando o processo de desintrusão, retirada dos grileiros que estão na área. Aproximadamente 15 % das terras invadidas possuem escritura, o restante é terra pública do Estado do Tocantins, as terras escrituradas terão indenização de terra e benfeitoria e as terras públicas apenas das benfeitorias.

A Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso terá a partir da retirada dos grileiros, que gestar o seu território, tanto no aspecto produtivo, quanto no social e no ambiental. Assim terá que ter muito clareza quanto aos problemas que possuem e sobre as propostas e projetos que precisam implementar.

Partindo da situação levantada pelo relatório de visita a comunidade pelo Núcleo de Direitos Difusos, Coletivos e individuais Homogêneos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, observa-se que:

As **estradas** estão em péssimas condições, assim é necessário a sua manutenção. No entanto é necessário analisar se as estradas que existem são suficientes ou é necessário abrir novas estradas.

Quanto à **energia elétrica** as informações são que a Comunidade foi contemplada com um projeto de energias limpas e pelo Programa “Luz para Todos”. Além da implantação destes projetos é importante analisar se estes são suficientes para garantir energia para todos os núcleos da comunidade.

No caso do **saneamento básico** existe um projeto da FUNASA para abastecimento de água potável. Será necessário avaliar se ele possibilitará acesso à água potável para todos os moradores. Quanto à falta de banheiros é necessário algum projeto para viabilizar a construção destes.

Será necessário à construção de **posto de saúde** na comunidade, com atendimento médico e odontológico regular, e a implementação do **Programa da Saúde da Família** na comunidade.

No território só existem **escolas** de ensino fundamental, até o 5º ano, e a maioria estão sem infraestrutura e condições adequadas para funcionamento. Será necessário a estruturação e adequação das escolas, e oferta de ensino além do 5º ano, e este necessita ser contextualizado com a realidade do campo e com a cultura quilombola.

É importante disponibilizar **transporte público** para a comunidade, e instalar uma balsa no Rio Paranã, para que se tenha acesso ao território Kalunga de Goiás.

No caso das questões agrárias, agrícolas e ambientais é importante que sejam pensadas conjuntamente. É importante lembrarmos que o território é um só, e quem tem o papel de conduzir a sua gestão é a associação. Para isso é importante que a associação elabore, junto com toda a população da comunidade, um planejamento de gestão do território.

Como já citado anteriormente o território Kalunga do Mimoso possui 57.465 ha, mas apenas 4.051 ha estão na posse da comunidade, assim a comunidade terá que ocupar mais de 50 mil ha que não estão sob seu domínio. O que pode ser feito é voltar a considerar os antigos limites de respeito que as famílias possuíam antes da chegada dos grileiros, e cada família redistribui suas áreas dentro da família. Mas é possível que apenas voltar aos limites antigos não se consiga ocupar de forma eficiente todo o território, e seja necessário discutir a reocupação do território.

Mas será importante discutir se dessa forma todas as famílias terão terra suficiente para sua sobrevivência, algumas famílias são maiores, outras menores, e a quantidade de terra tem uma relação com o número de pessoas que irão trabalhar nela.

Outra questão importante a observar é que pode acontecer uma vinda de muitos descendentes das famílias da comunidade que estavam na cidade, nesse caso, talvez cada um volte para a terra que cabe a sua família. Será importante avaliar se após uma possível vinda de familiares da cidade a terra de cada família ainda tem tamanho suficiente para sustentar os seus membros.

Um fator importante a analisar é se as famílias estão atualmente em localidades com recursos naturais suficientes, perto de rios que não secam e garante água o ano todo, solos férteis que permitem uma boa colheita, uma vegetação que permita o extrativismo de espécies alimentares e medicinais importantes para as famílias. Caso existam famílias em localidades com baixa disponibilidade de recursos naturais, seria interessante discutir o deslocamento delas para lugares mais ricos em recursos.

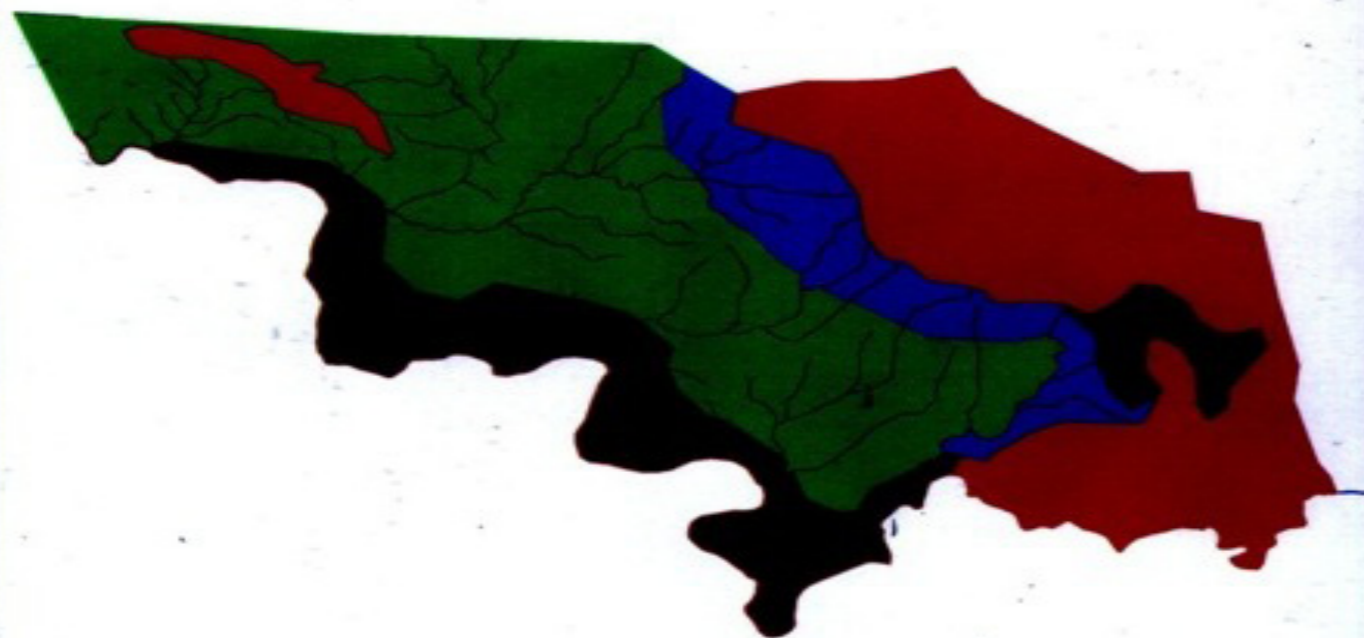
As famílias possuem sistemas de produção tradicionais, que buscam garantir a segurança alimentar das famílias e a venda de excedentes. É importante analisarmos estes sistemas de produção e quando necessário aprimorá-los através de tecnologias de orientação agroecológica, para manter uma produção de alimentos saudável para a população local.

É importante ainda analisar se temos localidades onde os recursos naturais, rios e matas estão degradados. Caso existam localidades onde os recursos naturais estão degradados é importante discutir como recuperá-los. Ao fazer um plano de utilização do território será necessário definir onde ficarão as áreas destinadas as Reservas Ambientais, conforme a legislação ambiental 35 % da área deverá ser destinada a reserva legal, isto representa aproximadamente 20 mil ha. O mapa de classes do solo e uso atual do solo pode ser utilizado para contribuir na elaboração do plano de utilização do território.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS SR_26/TO
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

MAPA DE CLASSES DE SOLO SOLO
QUILOMBO KALUNGA



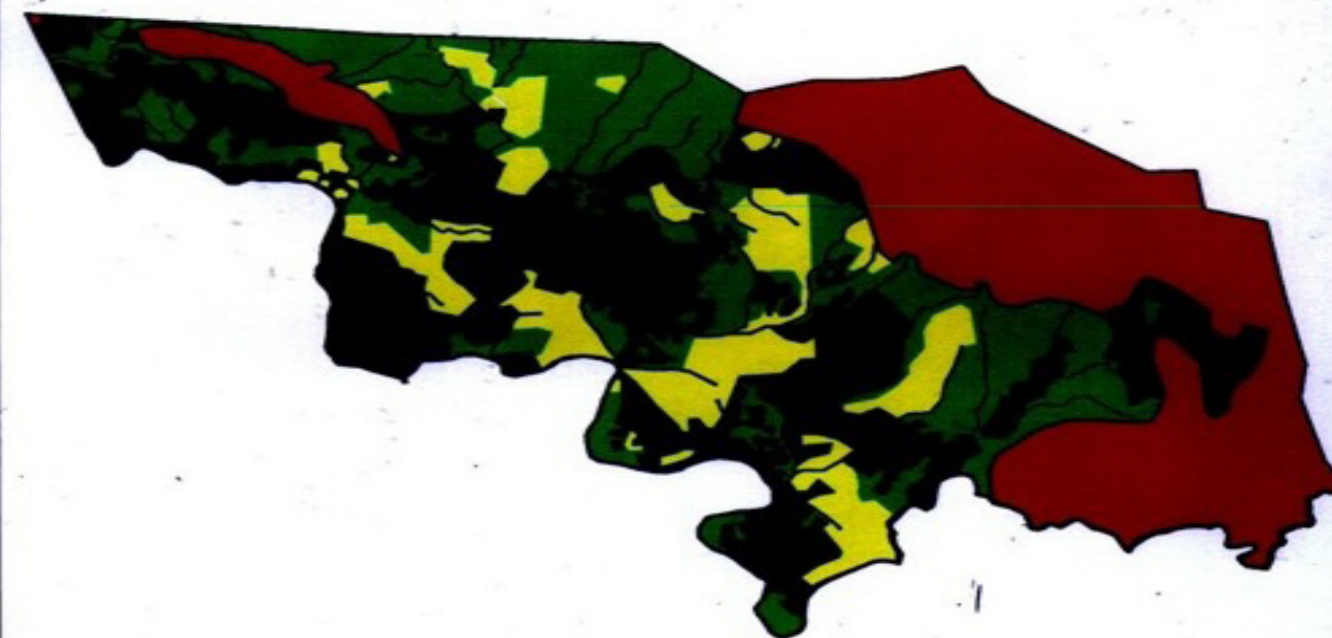
■	CLASSE	III	11.301,8562 ha
■	CLASSE	IV	22.271,0638 ha
■	CLASSE	VI	5.395,4339 ha
■	CLASSE	VIII	18.496,8331 ha

MUNICÍPIO: ARRAIAS E PARANÃ	ÁREA: 57.465,1870 ha	RESP. TÉCNICO:
DATA : DEZEMBRO/2005	ESCALA: 1/250.000	



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS SR_26/TO
DIVISÃO TÉCNICA / GEOPROCESSAMENTO

ÁREA DELIMITADA DO
TERRITÓRIO REMANESCENTE DE QUILOMBOS
"KALUNGA"
MAPA DE USO ATUAL DO SOLO



■	APP EM SERRAS	17.642,7409 ha
■	APP CORREGOS E RIOS	2.338,1903 ha
■	ÁREAS TRABALHADAS	8.845,0623 ha
■	CERRADO RALO	14.905,2729 ha
■	CERRADO TÍPICO	15.733,9206 ha

ESCALA: 1/250.000	DATA : SETEMBRO/2006	RESP. TÉCNICO:
MUNICÍPIO : ARRAIAS E PATRANÃ/TO	57.465,1870 ha	

Uma questão importante é quem irá utilizar as benfeitorias feitas pelos grileiros, pastos, currais, cercas e casas. Serão de uso coletivo da comunidade ou das famílias que possuíam estas terras que foram invadidas.

Como podemos observar para garantir uma qualidade de vida digna para toda a comunidade quilombola será necessário muita reflexão, muito debate, uma atuação muito organizada da associação e a participação de todos os quilombolas da comunidade nas reuniões e demais atividades que terão que ser realizadas para a construção de um plano de gestão para o Território Quilombola Kalunga do Mimoso.

Livros e documentos utilizados para elaboração desta cartilha

OLIVEIRA, ROSY de. OBARULHO DA TERRA: Nem Kalunga Nem Camponeses, Editora Progressiva, Curitiba, 2010.

Relatório de visita a Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso elaborado pelo Núcleo de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 27 de junho de 2012.